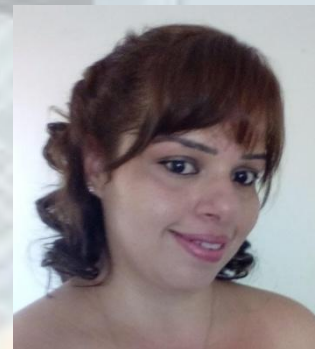


EDUCAÇÃO INFANTIL INCLUSIVA

INCLUSIVE EARLY CHILDHOOD EDUCATION



DRIELLY REGINA DE OLIVEIRA RAMINELLI

Graduada em Pedagogia pela Universidade do Oeste Paulista (2014); Especialista em Autismo pela Faculdade – FACUMINAS (2022); Especialista em Ludopedagogia Faculdade – FACUMINAS (2022); Especialista em Psicomotricidade e Supervisão Escolar pela Faculdade FACUMINAS (2022); Especialista em AEE- Atendimento Educacional Faculdade FACUMINAS (2022); Especialista em Gestão Escolar pela Faculdade FACUMINAS (2022); Professora de educação infantil na E.M Professora Nair Musegante Lebrão.

RESUMO

O presente artigo aborda a educação infantil inclusiva, com ênfase nas políticas públicas, fundamentos teóricos e estratégias pedagógicas voltadas à efetivação da inclusão nas instituições escolares. O objetivo principal foi analisar como a legislação educacional e os princípios da inclusão vêm sendo aplicados na educação infantil, considerando os desafios enfrentados por educadores e gestores. A pesquisa foi de natureza qualitativa, de cunho bibliográfico, fundamentada em autores que discutem a trajetória histórica da inclusão, os marcos legais e os pressupostos pedagógicos que orientam práticas educativas inclusivas. A análise evidenciou que, embora existam avanços significativos nas políticas educacionais brasileiras, ainda persistem barreiras estruturais e pedagógicas que dificultam a inclusão efetiva de crianças com deficiência ou necessidades educacionais específicas. No entanto, estratégias como a formação continuada de professores, o planejamento colaborativo e o fortalecimento da gestão escolar podem contribuir de forma relevante para a construção de ambientes educacionais mais acessíveis, equitativos e democráticos. Conclui-se que a consolidação de uma educação infantil inclusiva depende de ações articuladas entre políticas públicas, práticas pedagógicas e compromisso social com a diversidade.

Palavras-chave: Educação infantil inclusiva; Políticas públicas; Práticas pedagógicas; Direito à educação; Diversidade.

ABSTRACT

This article deals with inclusive early childhood education, with an emphasis on public policies, theoretical foundations and pedagogical strategies aimed at making inclusion effective in school institutions. The main objective was to analyze how educational legislation and the principles of inclusion have been applied in early childhood education, considering the challenges faced by educators and managers. The research was qualitative in nature, bibliographical in nature, based on authors who discuss the historical trajectory of inclusion, the legal frameworks and the pedagogical assumptions that guide inclusive educational practices. The analysis showed that although there have been significant advances in Brazilian educational policies, there are still structural and pedagogical barriers that hinder the effective inclusion of children with disabilities or specific educational needs. However, strategies such as continuing teacher training, collaborative planning and strengthening school management can make a significant contribution to building more accessible, equitable and democratic educational environments. The conclusion is that the consolidation of inclusive early childhood education depends on articulated actions between public policies, pedagogical practices and social commitment to diversity.

Keywords: Inclusive early childhood education; Public policies; Pedagogical practices; Right to education; Diversity.

INTRODUÇÃO

A educação inclusiva na primeira infância é ao mesmo tempo um desafio e uma conquista no cenário educacional contemporâneo. Entender a importância de incluir crianças com diferentes necessidades educacionais desde os primeiros anos de escolaridade é essencial para construir sociedades mais justas e democráticas. A motivação para este estudo surgiu da observação das dificuldades que os profissionais da educação enfrentam repetidamente na implementação de práticas de ensino verdadeiramente inclusivas, além da percepção de que muitas instituições permanecem estrutural ou pedagogicamente despreparadas para acolher a diversidade. Diante disso, é preciso ampliar as discussões e reflexões sobre inclusão na educação infantil para promover um ensino que respeite a singularidade de cada criança e valorize a diversidade nos ambientes escolares.

O objetivo geral deste estudo foi analisar práticas e políticas de educação infantil inclusiva, buscando identificar avanços, barreiras e possibilidades de melhoria nesse processo. Dentre os objetivos específicos, destacam-se: compreender os fundamentos legais e pedagógicos que sustentam a inclusão na educação infantil; investigar como a formação contínua de professores pode abordar questões de diversidade; e analisar experiências bem-sucedidas na integração de instituições de educação infantil. O estudo foi realizado por meio de uma revisão abrangente da literatura científica, selecionando e analisando artigos indexados em bases de dados acadêmicas, com foco nas pesquisas mais recentes sobre o tema.

Este trabalho inicia com um breve resgate histórico das políticas públicas voltadas à incorporação da educação infantil no Brasil. Em seguida, são discutidos os fundamentos teóricos da educação inclusiva e abordados os autores e documentos legais que embasam práticas de ensino inclusivas. Também serão analisadas as principais dificuldades encontradas pelas instituições de ensino e estratégias para superá-las. Por fim, são propostas reflexões e considerações visando

promover uma inclusão mais ampla nos primeiros anos de educação. O objetivo é, portanto, incentivar os leitores a refletirem sobre a relevância do tema e a importância de práticas pedagógicas que garantam a todos o direito de aprender e se desenvolver de forma integral.

DESENVOLVIMENTO

RESGATE HISTÓRICO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL

A história da educação infantil no Brasil é marcada por transformações significativas ao longo dos séculos, refletindo mudanças sociais, políticas e culturais. Desde o período colonial, as crianças eram vistas como pequenos adultos, e a preocupação com sua educação formal era praticamente inexistente, restrita às elites e mediada por instituições religiosas. A infância só passou a ser concebida como uma fase distinta da vida humana a partir do século XIX, quando ideias iluministas e higienistas começaram a ganhar força no país, influenciando práticas sociais e políticas públicas voltadas à infância (BUENO, 2019).

Durante o Império e as primeiras décadas da República, a educação infantil ainda era vista com desconfiança pelas classes dominantes, que preferiam manter o controle da educação dos filhos no ambiente doméstico. As crianças pobres, por sua vez, estavam submetidas a instituições de caráter assistencialista, como orfanatos e asilos, onde a preocupação central não era o desenvolvimento pedagógico, mas a moralização e disciplinarização dos corpos. Nesse contexto, as práticas de exclusão de crianças com deficiência também eram predominantes, e sua presença em espaços educativos era praticamente ignorada (MAZZOTTA, 2015).

Foi somente nas primeiras décadas do século XX que a educação infantil começou a ser reconhecida como uma etapa importante do processo educativo, influenciada pelo movimento da Escola Nova e pelas ideias de educadores como Anísio Teixeira e Fernando de Azevedo. No entanto, a inclusão de todas as crianças ainda não era prioridade, e a educação especial permanecia marginalizada, sem articulação com as demais políticas educacionais. A visão da deficiência era pautada por um modelo médico, que priorizava o diagnóstico e a reabilitação em detrimento do desenvolvimento pedagógico e da convivência social (MENDES, 2020).

Com o avanço dos debates sobre direitos humanos e cidadania na segunda metade do século XX, especialmente após a Constituição Federal de 1988, a educação infantil passou a ser reconhecida como um direito de todas as crianças, e não mais como uma concessão do Estado. A promulgação da LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) em 1996 fortaleceu essa perspectiva, ao incluir a educação infantil como a primeira etapa da educação básica e garantir sua oferta pública e gratuita (OLIVEIRA, 2021).

Ao longo das últimas décadas, a educação inclusiva se consolidou como um princípio fundamental da política educacional brasileira, buscando garantir o acesso, a permanência e a aprendizagem de todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, sensoriais,

intelectuais ou sociais. Essa mudança de paradigma exige o rompimento com práticas excludentes e a construção de uma escola que valorize a diversidade e promova a equidade. A educação infantil, nesse cenário, assume um papel estratégico, pois é nesse momento da vida que se constituem valores, atitudes e formas de convivência (CAMARGO; SOFFA; MARKOWICZ, 2017).

Mesmo com os avanços legais e conceituais, a implementação de uma educação infantil inclusiva enfrenta inúmeros desafios. Faltam políticas públicas integradas, formação continuada de professores e investimentos em infraestrutura e recursos pedagógicos. Além disso, persistem práticas discriminatórias que reforçam estigmas e barreiras à participação plena das crianças com deficiência nos ambientes educativos. A história da educação infantil no Brasil, portanto, é também a história das lutas por reconhecimento e inclusão (PAULON, 2015).

A identidade da infância sempre foi socialmente produzida a partir de um ideal normativo, que exclui e marginaliza as diferenças. Como destaca Bueno (2019), a noção de "anormalidade" foi historicamente construída por meio de discursos médicos, jurídicos e pedagógicos, que definiram padrões de desenvolvimento e comportamento infantil. Nesse processo, as crianças com deficiência foram sistematicamente invisibilizadas ou segregadas, reforçando a exclusão social e educacional que marca a trajetória da educação infantil no país.

A construção histórica da educação especial no Brasil evidencia um percurso marcado por avanços e retrocessos, onde a deficiência foi, em diferentes momentos, interpretada como patologia, desvio ou incapacidade. A partir da década de 1970, surgem os primeiros movimentos sociais e acadêmicos que questionam esse modelo e propõem uma abordagem mais humanizada e pedagógica, reconhecendo as potencialidades das crianças com deficiência e a necessidade de sua inserção nas escolas regulares desde a educação infantil (MAZZOTTA, 2015).

As políticas públicas voltadas à educação infantil com enfoque inclusivo ganharam força nos anos 2000, impulsionadas por compromissos internacionais, como a Declaração de Salamanca (1994) e os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. O Brasil, ao aderir a esses pactos, comprometeu-se a garantir uma educação de qualidade para todos, desde a primeira infância. Nesse contexto, iniciativas como o Plano Nacional de Educação (PNE) e o atendimento educacional especializado (AEE) tornaram-se estratégias centrais para a promoção da inclusão (PAULON, 2015).

A realidade das redes municipais de ensino, no entanto, revela que ainda há um longo caminho a percorrer. A pesquisa de Souza (2022), por exemplo, mostra que a implementação de políticas de atendimento a alunos com necessidades educacionais especiais na educação infantil ainda encontra resistências e limitações, especialmente nas periferias urbanas. As escolas carecem de apoio técnico, recursos didáticos acessíveis e profissionais especializados para garantir o desenvolvimento pleno de todas as crianças.

A educação infantil deve ser pensada como um espaço de acolhimento, aprendizagem e desenvolvimento integral, onde a diversidade é reconhecida como valor e não como problema. Para isso, é fundamental superar a concepção assistencialista e compensatória que ainda permeia muitas práticas educativas, substituindo-a por uma abordagem pedagógica centrada na criança e em suas

múltiplas formas de expressão e aprendizagem (MOSQUERA, 2021).

O olhar inclusivo sobre a educação infantil implica também repensar a formação dos professores, que muitas vezes não se sentem preparados para lidar com a diversidade em sala de aula. É necessário investir em processos formativos que articulem teoria e prática, promovendo o conhecimento das diferentes deficiências e das estratégias pedagógicas mais adequadas para o trabalho com cada criança. Essa formação deve ser contínua, crítica e comprometida com os princípios da educação inclusiva (CAMARGO; SOFFA; MARKOWICZ, 2017).

Além da formação docente, a gestão escolar tem um papel central na efetivação de práticas inclusivas na educação infantil. Uma gestão democrática, participativa e sensível às demandas da comunidade pode criar condições favoráveis para o acolhimento de todas as crianças, garantindo o acesso a materiais didáticos acessíveis, o envolvimento das famílias e a construção de projetos pedagógicos que respeitem as singularidades (OLIVEIRA, 2021).

A trajetória histórica da educação infantil no Brasil mostra que os avanços legais e normativos são fundamentais, mas não suficientes para garantir a inclusão plena. É preciso transformar as práticas cotidianas, enfrentar os preconceitos e desconstruir as hierarquias que ainda organizam os espaços educativos. A infância, enquanto categoria social e histórica, deve ser compreendida em sua pluralidade, reconhecendo que cada criança tem direito à educação, à brincadeira, à cultura e à convivência, desde os primeiros anos de vida (BUENO, 2019).

A trajetória das políticas públicas voltadas à inclusão na educação infantil no Brasil é marcada por transformações significativas, especialmente a partir da segunda metade do século XX. Historicamente, o atendimento às crianças com deficiência esteve associado a uma lógica assistencialista e segregadora, na qual prevalecia a concepção do “anormal” como sujeito incapaz de aprender dentro dos parâmetros escolares convencionais (BUENO, 2019). Essa visão reforçava a exclusão dessas crianças do ambiente escolar comum, legitimando a criação de instituições especializadas que operavam à margem do sistema educacional regular. Foi apenas com o avanço dos movimentos sociais e das discussões sobre direitos humanos que se iniciou uma mudança de paradigma, trazendo à tona a necessidade de repensar o papel da escola e do Estado na promoção da equidade educacional.

Nas décadas de 1980 e 1990, especialmente com a promulgação da Constituição Federal de 1988 e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996, o Brasil passou a reconhecer oficialmente o direito à educação de todos, inclusive das crianças com deficiência, dentro do sistema regular de ensino (OLIVEIRA, 2021). Essa mudança foi reforçada por diretrizes como a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, que orienta a reorganização da escola para garantir o acesso, a permanência e o aprendizado de todos os alunos (PAULON, 2015). Esses avanços demonstram o compromisso do Estado em garantir uma educação pública e inclusiva, embora os desafios para sua efetiva implementação ainda sejam consideráveis, especialmente nas etapas iniciais do processo educacional.

A educação infantil passou a ser compreendida como etapa fundamental para o

desenvolvimento integral da criança e, portanto, um espaço estratégico para a consolidação de práticas inclusivas. No entanto, como apontam Mazzotta (2015) e Mendes (2020), a efetivação dessas políticas enfrenta obstáculos que vão desde a formação insuficiente dos profissionais da educação até a ausência de recursos adequados para o atendimento da diversidade. Apesar disso, autores como Camargo, Soffa e Markowicz (2017) destacam que a inclusão é um desafio possível quando há compromisso institucional e formação continuada. A experiência da rede municipal de ensino de São Paulo, analisada por Souza (2022), demonstra que políticas públicas bem estruturadas, quando aliadas à gestão comprometida e à escuta das necessidades das comunidades escolares, podem promover avanços reais na garantia do direito à educação inclusiva desde os primeiros anos de vida.

FUNDAMENTOS TEÓRICOS E LEGAIS DA EDUCAÇÃO INFANTIL INCLUSIVA

A educação infantil inclusiva no Brasil tem suas raízes em um processo histórico marcado por exclusões e estigmatizações, especialmente em relação às crianças com deficiência. Como destaca Bueno (2019), a construção social da identidade do “anormal” foi utilizada por muito tempo para justificar práticas segregacionistas, que afastavam essas crianças do convívio escolar regular, sob o argumento de que possuíam limitações intransponíveis. Com o avanço de discussões sobre os direitos humanos e a valorização da diversidade, especialmente a partir da Constituição de 1988 e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), consolidou-se o princípio da educação como direito de todos, independente de suas condições. Oliveira (2021) analisa esse marco legal como um divisor de águas, pois passou a exigir que o Estado garantisse o acesso, a permanência e o sucesso escolar de todos os estudantes, inclusive aqueles com necessidades educacionais especiais. Assim, a educação infantil passou a ser vista como espaço de acolhimento e desenvolvimento integral, no qual as diferenças são respeitadas e valorizadas.

Apesar dos avanços normativos e das políticas públicas voltadas à inclusão, ainda há muitos desafios a serem enfrentados no cotidiano escolar. Segundo Camargo, Soffa e Markowicz (2017), a inclusão escolar, embora legalmente assegurada, demanda profundas transformações pedagógicas, estruturais e atitudinais nas instituições de ensino. Isso porque não basta apenas inserir a criança com deficiência na sala de aula comum: é preciso garantir condições de aprendizagem significativas e equitativas. Nesse sentido, Mazzotta (2015) ressalta que a história da educação especial no Brasil é marcada por contradições, pois por muito tempo predominou uma lógica assistencialista e médica, em vez de uma perspectiva pedagógica e inclusiva. Mendes (2020) complementa essa visão ao evidenciar como o conceito de deficiência mental foi sendo cientificamente construído a partir de critérios que muitas vezes reforçavam estigmas e reforçavam práticas de exclusão, desconsiderando as potencialidades e contextos de desenvolvimento das crianças. Para uma educação infantil verdadeiramente inclusiva, é necessário romper com essas heranças históricas e promover práticas educativas que reconheçam cada criança como sujeito ativo e capaz.

A educação infantil inclusiva é sustentada por fundamentos teóricos que se contrapõem à visão patologizante e excludente historicamente presente nas instituições educacionais. O paradigma da inclusão propõe uma perspectiva pedagógica centrada na valorização da diversidade, no reconhecimento dos direitos humanos e na promoção do desenvolvimento integral de todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, sensoriais, cognitivas ou sociais (BUENO, 2019; MENDES, 2020). Essa concepção rompe com a lógica do “aluno ideal” e afirma que é a escola quem deve se adaptar às necessidades dos alunos, e não o contrário. Segundo Mosquera (2021), o conceito de inclusão vai além da presença física do aluno na escola: ele envolve participação ativa, pertencimento e aprendizado significativo, o que exige transformações profundas na prática pedagógica.

Do ponto de vista legal, a educação inclusiva encontra respaldo em diversos documentos normativos e legais brasileiros. A Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9.394/96, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) são marcos que reafirmam o direito de todas as crianças à educação de qualidade em ambientes inclusivos (OLIVEIRA, 2021; PAULON, 2015). Esses dispositivos orientam os sistemas de ensino a garantirem o atendimento educacional especializado, a formação de professores, a adaptação curricular e o uso de recursos de acessibilidade. Camargo, Soffa e Markowicz (2017) reforçam que o cumprimento dessas diretrizes depende de uma articulação entre teoria e prática, com o compromisso ético e político dos educadores e gestores escolares em promover a equidade desde a educação infantil.

DESAFIOS E ESTRATÉGIAS PARA A EFETIVAÇÃO DA INCLUSÃO NAS INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO INFANTIL

A efetivação da inclusão na educação infantil ainda enfrenta inúmeros desafios que comprometem a garantia do direito à aprendizagem para todas as crianças. Entre os principais obstáculos estão a falta de formação adequada dos professores para lidar com a diversidade, a escassez de recursos pedagógicos acessíveis, a precariedade das estruturas físicas das instituições e a permanência de atitudes excludentes e preconceituosas (MAZZOTTA, 2015; MENDES, 2020). Bueno (2019) aponta que a identidade social da “criança anormal” ainda é reproduzida no imaginário escolar, dificultando a superação de práticas discriminatórias. Esses fatores, quando somados, evidenciam a distância entre o que preveem as políticas públicas e a realidade vivida nas salas de aula.

Apesar das dificuldades, diversas estratégias vêm sendo desenvolvidas para fortalecer a inclusão nas instituições de educação infantil. Entre elas, destaca-se a formação continuada de professores com foco na prática pedagógica inclusiva, a construção de projetos políticos pedagógicos que contemplem a diversidade, o investimento em parcerias com profissionais de apoio e o uso de

recursos e tecnologias assistivas (SOUZA, 2022; CAMARGO; SOFFA; MARKOWICZ, 2017). Além disso, é fundamental que a gestão escolar atue de forma democrática e participativa, valorizando a escuta ativa das famílias e comunidades escolares. Paulon (2015) ressalta que a inclusão bem-sucedida depende de ações intersetoriais, comprometidas com a superação das barreiras sociais, pedagógicas e físicas que ainda excluem crianças do processo educacional desde suas etapas iniciais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise mostra que a trajetória das políticas públicas inclusivas na educação infantil no Brasil evoluiu progressivamente, embora tenha sido moldada por desafios históricos, sociais e estruturais. O Estado tem se comprometido a garantir o direito à educação das crianças com deficiência e/ou necessidades educacionais especiais desde a criação dos primeiros marcos legais, especialmente após a promulgação da Constituição Federal de 1988 e da Lei Orgânica da Educação de 1996. Com base nesses avanços, foram elaboradas diretrizes para promover uma mudança de paradigma que reconheça a importância da equidade e valorize a diversidade nas instituições escolares.

Com base nos fundamentos teóricos e legais que sustentam a educação inclusiva, concluímos que as práticas de ensino atuais devem seguir os princípios de respeito às diferenças, desenvolvimento integral e participação plena de todas as crianças. Entretanto, a implementação desses princípios ainda enfrenta barreiras significativas, como a falta de formação especializada de professores, infraestrutura inadequada e a ausência de políticas públicas mais abrangentes e eficazes. Mesmo diante dessas dificuldades, o estudo constatou que algumas instituições adotaram estratégias positivas, como reestruturação curricular, fortalecimento da gestão participativa e adoção de práticas pedagógicas inclusivas, que contribuíram para uma educação mais equitativa e acessível.

Conclui-se, portanto, que a questão de pesquisa foi abordada ao discutir a complexidade da inclusão na educação infantil sob diferentes perspectivas: histórica, jurídica, educacional e institucional. A inclusão escolar é um processo de construção contínua que exige comprometimento coletivo, investimento público e transformação das práticas educacionais. Ao lançar luz sobre a teoria e a prática, este estudo reafirma a urgência de agir para garantir o direito de todos de aprender e se desenvolver de forma integral desde os primeiros anos da vida escolar, contribuindo assim para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

REFERÊNCIAS

BUENO, J. G. S. **A produção social da identidade do anormal**. In: FREITAS, M. C. (org.). História social da infância no Brasil. São Paulo: Cortez, 2019. p. 159-182.

CAMARGO, L. F.; SOFFA, M. M.; MARKOWICZ, D. **Perspectivas sobre a educação inclusiva: um desafio possível**. Revista EDUCERE, Formação de Professores: contextos, sentidos e práticas, 2017.

MAZZOTTA, M. J. S. **Educação especial no Brasil: história e políticas públicas**. São Paulo:

Cortez, 2015.

MENDES, E. G. **Deficiência mental: a construção científica de um conceito e a realidade educacional**. 2020. Tese (Doutorado em Psicologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.

MOSQUERA, C. F. F. **Deficiência visual na escola inclusiva**. Curitiba: Ibplex, 2021.

OLIVEIRA, R. P. **Gestão, financiamento e direito à educação: análise da LDB e da Constituição Federal**. São Paulo: Xamã, 2021.

PAULON, S. M. **Educação inclusiva: documento subsidiário à política de inclusão**. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Especial, 2015.

SOUZA, S. M. Z. L. **“Política de atendimento aos alunos com necessidades educacionais especiais da rede municipal de ensino de São Paulo”**, 2022.